

## **SOBRE O ESTATUTO DA PREPOSIÇÃO *de* EM CONTEXTOS DE NOMINALIZAÇÃO\***

Adeilson Pinheiro Sedrins (UFAL)

### **1. Introdução**

Este trabalho consiste num estudo acerca da natureza da preposição *de*, se lexical ou funcional, em contextos de nominalização. O objetivo é verificar se a natureza desse item é a mesma tanto quando introdutora de argumentos, quanto quando introdutora de adjuntos de um núcleo nominal. Procuramos tecer algumas generalizações para questões como: (i) as propriedades de *de* introdutora de um argumento de N são as mesmas quando introdutora de um adjunto?; (ii) se, assumindo com Chomsky (1986), que a inserção de *of* (*de*), em contextos nominais, é operada para garantir a realização de Caso atribuído por N, podemos supor que a sua inserção se dá na componente morfológica, pós-sintática, seguindo as considerações de Harley & Noyer (2000) e de Fraga (2006)? A hipótese precípua é a de que *de*, quando introdutora de argumento ou de adjunto, apresenta as mesmas propriedades morfossintáticas.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: na seção 2, fazemos uma breve discussão sobre em que termos estamos nos referindo à distinção entre preposições lexicais e funcionais, bem como expomos os motivos que nos levam a assumir nossa hipótese de trabalho. Na seção 3, apresentaremos as considerações de Chomsky (1970, 1981 e 1986) que vincula a inserção de *of*, do inglês, em contextos nominais, à função de realizador de Caso. Na quarta seção do trabalho, baseados no modelo da Morfologia Distribuída, argumentaremos em favor da inserção pós-sintática da preposição *de* nos contextos de análise, o que é coerente com a hipótese central de nosso trabalho.

### **2. Para uma caracterização das preposições: itens lexicais ou funcionais?**

Comumente atribui-se à preposição duas funções: (i) atribuidor e realizador de Caso; (ii) realizador de Caso, apenas. As preposições com a primeira função geralmente são tidas como itens lexicais ou verdadeiras preposições, providas de conteúdo semântico e de estrutura argumental; aquelas que exercem apenas a segunda função, são tidas por itens funcionais ou pseudo-preposições, desprovidas, portanto, de conteúdo semântico e de estrutura argumental (cf. DEMONTE, 1987; SALLES, 1992; FARIAS, 2005, dentre outros).

Em seu estudo sobre as preposições do português, Salles (op. cit.) observa que, de acordo com propriedades relacionadas a Caso e papel- $\theta^1$ , é possível agrupar as preposições dessa língua em três distintos grupos: (i) preposições que introduzem constituintes selecionados por núcleos lexicais<sup>2</sup>: *a, de, em, com, por* e *para*; (ii) preposições que introduzem constituintes não selecionados por núcleos lexicais: *sem, após, até, desde*; (iii) preposições intermediárias que apresentam propriedades dos dois primeiros grupos: *sobre, entre, contra, ante* e *perante*.

Como o foco de nosso estudo é o estatuto da preposição *de* em contextos de nominalização e nossa hipótese é a de que se trata de um item funcional, é interessante notar que tal preposição faz parte do grupo daquelas que substituíram as desinências de caso do latim<sup>3</sup>, o que nos induz a supor que este item exerça a função de realizador de caso, logo, seja uma pseudo-preposição. Conforme aponta Salles (op. cit. p, 5),

---

\* Esta pesquisa está sendo financiada por uma bolsa do CNPq.

<sup>1</sup> Papel- $\theta$ , ou papel temático refere-se à interpretação semântica estrutural que um sintagma de determinante recebe.

<sup>2</sup> Esse primeiro grupo, conforme observa Salles (op. cit.), correlaciona-se a preposições que substituíram em português as desinências de caso latino.

<sup>3</sup> Conforme verificou Dias (1970, p. 108-65), a preposição *de* substituiu as marcas morfológicas dos casos genitivo e ablativo do latim.

considerando que na passagem do latim ao português ocorreu a perda das desinências casuais, e que, em algumas construções, o Caso passou a ser marcado por preposições, é razoável supor que as preposições substitutas dos casos latinos tenham um papel sintático equivalente ao desempenhado pelas desinências, distinguindo-se, portanto, das preposições que não substituem casos latinos.

Chomsky (1986), como veremos adiante, definiu o papel dos marcadores de Caso, caracterizando-os como marcas morfológicas utilizadas para realizar Caso. Como marcador de Caso, esse autor identifica a preposição *of*, do inglês, inserida em contextos de nominalização, a qual corresponde ao item *de* do português.

### 3. O estatuto da preposição *de* nos contextos de nominalização: o modelo chomskyano

Já em *Remarks on nominalizations*, Chomsky (1970), quando se refere à preposição *of* em contextos nominais, remete-se a uma regra geral de inserção dessa preposição restrita a contextos de construções do tipo N\_NP<sup>4</sup> (cf. CHOMSKY, op.cit., p. 203-4). A discussão do autor acerca da regra de inserção de *of*, nesses contextos, é reservada a uma nota do texto, que reescrevemos a seguir:

Alternatively, it has been proposed that the preposition is an obligatory part of the underlying noun phrase, and is deleted in certain contexts, for example, the context: verb \_\_. This seems to me dubious, however. Notice that the preposition is not invariably deleted in the context verb \_\_ NP, for example, in such cases as *approve of John*. Hence we would have to postulate an idiosyncratic feature *F* that subdivides verbs into those that do and those that do not undergo *of*-deletion. An arbitrary bifurcation of the lexicon is the worst possible case, of course. No such arbitrary feature is needed if we suppose the *of* to be introduced in the context N \_\_ NP. Of course *approve* will be distinguished from *read* by the strict subcategorization features [ \_\_ PP], [ \_\_ NP] (or whatever variants of these are employed), exactly as *laugh (at John)* is distinguished from *see (John)*; this, however, is not a new classification, but rather one that is necessary however the matter of *of* is handled. To make matters worse for the theory of *of*-deletion, the new idiosyncratic feature *F* will have to cut across related senses of a single item, since we have *approve-the proposal* alongside of *approve-of the proposal*. Furthermore, there is a possibility, which should be explored, of combining the proposed rule of *of*-insertion with the rule governing placement of *of* in pronominal constructions such as *lots of work*, *several of the boys*, *a group of men*, etc. Such considerations suggest that the preposition is an inherent part of the prepositional phrase, but not of the object (CHOMSKY, op. cit., p.219, nota 28)<sup>5</sup>.

A estipulação de uma regra de inserção da preposição *de/of* como exclusiva dos contextos N \_\_ NP, e não de contextos verbais, é corroborada pelo fato de que, por exemplo, no português, a

<sup>4</sup> Vamos manter o rótulo NP, em detrimento de DP, quando nos referirmos a trabalhos que se desenvolveram sob perspectiva anterior à hipótese DP, de Abney (1987).

<sup>5</sup> Alternativamente, tem sido proposto que a preposição é uma parte obrigatória do sintagma nominal destacado, e é apagada em certos contextos, por exemplo, no contexto verbo \_\_. Isso me parece duvidoso, porém. Note-se que a preposição não é invariavelmente apagada no contexto verbo \_\_ NP, por exemplo, em casos como *approve of John*. Portanto devemos postular um traço sintático *F* que subdivida verbos que permitem ou não sofrer apagamento de *de*. Uma bifurcação arbitrária do léxico é o pior caso possível, claro. Nenhum traço arbitrário é necessário se supormos que *de* seja introduzido no contexto N \_\_ NP. Claro que *aprovar* será distinto de *ler* por traços estritos de subcategorização [ \_\_ PP], [ \_\_ NP] (ou qualquer variante dessas sejam empregadas), exatamente como *sorrir* (de João) é distinto de *ver* (João), isso, contudo, não é uma nova classificação, mas é necessária para manipular o problema de *de*. Para complicar mais as coisas para a teoria do apagamento de *de*, o novo traço idiossincrático *F* terá que fazer cortes em sentidos relatados de um único item, desde que temos *approve-the proposal* ao lado de *approve-of the proposal*. Além disso, há uma possibilidade, que deve ser explorada, de combinação da regra de inserção de *de* com a regra que rege a colocação de *de* em construções pronominais como *uma porção de dinheiro*, *um monte de garotos*, *um grupo de mulheres*, etc. Tais considerações sugerem que a preposição é uma parte inerente do sintagma preposicional, mas não do objeto. (As traduções neste texto são de nossa responsabilidade.)

relação entre um núcleo N e um NP só é possível se mediada através de uma preposição, como mostram os contrastes em (1), contrariamente ao que ocorre com a forma verbal de base correspondente:

- (1) a. A destruição *da* cidade > Destruir a cidade  
 a' \*A destruição a cidade  
 b. O desmatamento da floresta > Desmatar a floresta  
 b' \*O desmatamento a floresta

Por outro lado, a regra de inserção de preposição nos contextos N \_\_ NP deve ser pensada de modo a contemplar construções de semelhantes contextos, em que, ao invés da inserção de *de*, outras preposições são inseridas, conforme mostram (2) e (3)<sup>6</sup>:

- (2) a. Admirar João  
 b. Admiração *por* João  
 (3) a. Ameaçar os povos  
 b. Ameaça *aos* povos

Em trabalhos subseqüentes, mais precisamente a partir do modelo de Regência e Ligação (CHOMSKY, 1981), a inserção da preposição *of* nos contextos em questão recebe uma explicação em função de restrições impostas por módulos constituintes da gramática, mais especificamente do módulo da Teoria do Caso, conforme veremos na seção que segue.

### 3.1. O Modelo de Regência e Ligação e a Teoria do Caso (Chomsky, 1981 e 1986)

De acordo com Chomsky (1986), todas as línguas estão sujeitas à atribuição de Caso, embora este só tenha realização morfológica nalgumas delas e a marcação Casual é um fenômeno essencialmente sintático e universal. A diferença se dá entre a realização morfológica ou abstrata do Caso<sup>7</sup>.

Caso, na teoria, é adotado como um traço sintático abstrato que marca uma relação estrutural entre constituintes. Essa relação estrutural é o que permite, por exemplo, para utilizar termos tradicionais, identificar o “sujeito” da sentença (que recebe Caso nominativo), o “objeto” do verbo (que recebe o Acusativo), etc. Podemos identificar nas línguas, de uma maneira geral, quatro formas de atribuir Caso:

- (i) A flexão verbal (I) atribui Caso nominativo ao NP sujeito;  
 (ii) O verbo atribui Caso acusativo ao NP objeto;  
 (iii) A preposição atribui Caso oblíquo a seu complemento;  
 (iv) Nomes e adjetivos atribuem Caso genitivo ao NP que os segue<sup>8</sup>.

Apesar de nomes e adjetivos exercerem o papel de atribuidores de Caso, seguindo as

<sup>6</sup> É interessante notar que algumas construções nominalizadas apresentam como complemento um PP cuja preposição introdutora também é apresentada nos contextos de sentença, como em *Necessitar de dinheiro* e *necessidade de dinheiro*; *Procurar por João* e *A procura por João*, dentre outras. Nesses casos, talvez, a presença da preposição deva-se a algum traço comum entre o verbo e o nome de mesma raiz, diferentemente do que acontece com os casos em que a preposição *de* é inserida apenas no contexto nominal e não no do verbo cognato, como *Destruir a cidade* e *A destruição da cidade*.

<sup>7</sup> É oportuno dizer que a Teoria do Caso desenvolvida pela Gramática Gerativa adota uma abordagem própria que difere, por exemplo, dos estudos de casos do Latim, bem como da Teoria de Casos de Fillmore (1968). Convém-se então marcar essa diferença na grafia, utilizando inicial maiúscula para Caso na perspectiva gerativista. É oportuno frisar, ainda, que dentro de uma abordagem minimalista (CHOMSKY, 1995), Caso é visto como um traço abstrato presente em itens que entram no sistema computacional. A diferença é que não se postula um módulo na gramática que realize a operação de atribuição de Caso, já que este agora é um traço não a ser atribuído e sim checado. Vamos assumir que o elemento que atribui Caso, seria, em termos minimalistas, o que tem traço de Caso a ser checado com o DP. Assim, por exemplo, dizer que a preposição é quem atribui Caso (oblíquo) ao DP, corresponderia a dizer que é P quem checa os traços de Caso (oblíquo) com DP.

<sup>8</sup> Contra a proposta de N atribuir Caso genitivo (CHOMSKY, 1986), ver abordagem de Abney (1987) que propõe a existência da categoria funcional AGR, em posição D, para a atribuição de Caso genitivo ao nome ou ao pronome possessivo.

considerações de Chomsky (1986), é assumido que, diferente das outras categorias atribuidoras (I, V e P), essas são incapazes de “marcar” com Caso o DP<sup>9</sup> que subcategorizam (tomam como complemento), necessitando de um item funcional para tal. Esse fato é o que explica, por exemplo, a atribuição direta (sem intermédio de partícula funcional) de *acusativo* pelo verbo a seu complemento, em (4), e a necessidade da inserção de um elemento funcional entre nomes e seus DPs complementos, como mostra (5):

(4) a. Destruir [<sub>acusativo</sub> a cidade]

b. Admirar [<sub>acusativo</sub> Maria]

(5) a. A destruição *d*[<sub>genitivo</sub> a cidade]

b. \* A destruição [a cidade]

A atribuição de Caso se dá sob uma condição, conhecida como Filtro de Caso, esboçado abaixo:

(6) Filtro de Caso

\* DP com matriz fonológica e sem Caso.

Em outras palavras, todo DP pronunciado deve receber Caso, sob pena de a sentença ser ou não gramatical<sup>10</sup>.

Dentro desse aparato teórico, a inserção da preposição *of/de*, no contexto de nominalização, é uma operação realizada em Estrutura-S<sup>11</sup>, decorrente da necessidade de satisfação do Filtro de Caso. É importante ressaltar que a ausência desse tipo de preposição em Estrutura-P é reforçada pela sua irrelevância na atribuição de interpretação temática aos DPs por ela subcategorizados, pois, a interpretação semântica de *tema* do DP *a cidade* em (5a) é atribuída pelo núcleo *destruição* e não pela preposição *de* aí inserida, que nesse caso é um elemento semanticamente vazio. Ainda de acordo com Chomsky (1986), a regra de inserção da preposição *of/de* nos contextos de nominalização é uma regra *default* aplicada quando não há nenhuma outra preposição que possa precisar o papel teta do DP por ela subcategorizado: “The rule of *of*-insertion is a ‘default case’, applying only when there is no preposition available that inherently assigns the appropriate TETA-rule”<sup>12</sup> (CHOMSKY, op. cit., p.194). Nessa perspectiva, a maior aceitabilidade de (7b) em relação a (7a) poderia ser explicada pelo

<sup>9</sup> Assumimos, daqui por diante, a etiqueta DP (do inglês, *Determiner Phrase* – Sintagma de Determinante) para nos referir ao sintagma nominal, selecionado por um núcleo funcional D, categoria que, em português, pode ser representada por artigos e demonstrativos. Essa nomenclatura está mais de acordo com a atual abordagem da gramática gerativa. Ver Abney (1987) para as motivações da postulação da projeção DP.

<sup>10</sup> Com a *condição de visibilidade* proposta por Aoun (1982), que permite considerar que categorias vazias (variáveis) também recebam Caso e não apenas DPs foneticamente realizados, Chomsky (1986, p. 105-7) considera que o filtro do Caso deve ser eliminado enquanto princípio independente, apenas válido se resultar da condição de visibilidade.

<sup>11</sup> As discussões de Chomsky sobre questões relacionadas a Caso são retomadas de textos em que o autor assumia o modelo de gramática conforme mostra (i):

(i) Léxico  
|  
Estrutura-P  
|  
Estrutura-S  
/ \  
FF FL

A Estrutura-P (ou Estrutura-Profunda) é o nível em que a grade temática de um item lexical é composta, ou seja, onde os argumentos de núcleos sintáticos são inseridos. A Estrutura-S (ou Estrutura Superficial) é o nível de representação sintática da sentença, resultante de movimentos ocorridos no percurso entre Estrutura-P e Estrutura-S. FF (Forma Fonética) é a componente da gramática de interface com sistemas articulatório-perceptual e FL (Forma Lógica) é a componente da gramática de interface com sistemas de pensamento. Em versões mais recentes da teoria chomskyana, não há necessidade de se postular os níveis Estrutura-P e Estrutura-S (cf. CHOMSKY, 1995).

<sup>12</sup> A regra de inserção de *of* é um caso *default* aplicada somente quando não há outra preposição disponível que atribua inerentemente a interpretação temática adequada.

fato de a preposição *por*, mais do que a preposição *de*, nesse contexto, ser “mais precisa”.

- (7) a. ??A sua admiração de João  
b. A sua admiração por João

Contrariamente, em (8) não há nenhuma preposição que possa precisar o papel temático que *cidade* recebe do núcleo *destruição*, sendo então aplicada a regra *default* de inserção de *de*:

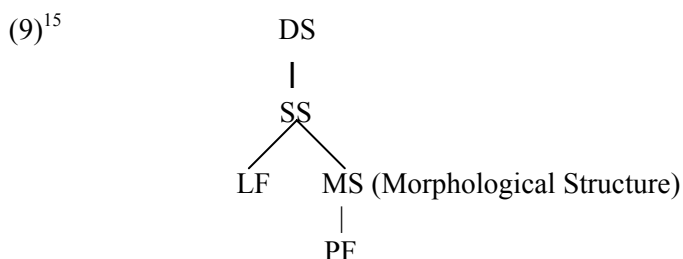
- (8) a. A destruição da cidade  
b. \*A destruição à cidade<sup>13</sup>

Nas palavras de Chomsky (1986, p. 194), a marcação de Caso “includes Case-assignment and Case-realization”<sup>14</sup>. No caso das construções nominalizadas, aqui em foco, a atribuição de Caso é feita pelo núcleo nominal, em Estrutura-P, e a realização pelo item funcional, em Estrutura-S. Conforme pontua Raposo (1992, p.495), os DPs não recebem Caso para satisfazer qualquer condição morfo-fonológica relacionada com a sua realização fonética, mas sim para poderem servir de suporte a uma função-teta na componente LF da gramática, como já vimos, para satisfazer a condição de visibilidade. Note-se que a idéia de inserção tardia da preposição *de* não invalida a assunção de Raposo, já que não é esse elemento quem atribui Caso no contexto nominal.

No modelo da Morfologia Distribuída, que discutiremos a seguir, veremos que, de fato, podemos pensar as “marcas” de Caso como algo irrelevante para a componente FL da gramática, pois (i) tais elementos não produzem efeito na componente sintática e (ii) não têm essas marcas nenhum conteúdo semântico, conforme já apontado.

#### 4. O estatuto da preposição *de* nos contextos de nominalizações: o modelo da Morfologia Distribuída

Segundo Halle & Marantz (1993, p.114) a Morfologia Distribuída (DM, do inglês, *Distributed Morphology*) adota a organização básica da gramática de princípios e parâmetros (CHOMSKY, 1981), ilustrada em (9), em que o nível da Estrutura Morfológica adicionado ao modelo chomskyano é a interface entre a sintaxe e a fonologia.



Um dos pontos cruciais de diferença entre esse modelo e o chomskyano é que na DM assume-se que há uma inserção de elementos em MS (do inglês, *Morphological Structure*), após, portanto, a componente sintática, os quais satisfazem condições universais ou específicas das línguas (cf. HALLE & MARANTZ, 1993, p. 115), ou seja, nem toda organização estrutural da sentença é resultado de operações que ocorrem exclusivamente no componente sintático da gramática. Uma posição assumida nesse modelo é a de que a sintaxe gera e move nós terminais de acordo com seus próprios princípios e a componente morfológica, por sua vez, interpreta o *output* da derivação sintática, realizando operações necessárias para satisfação de exigências de cunho morfo-fonológico.

Um outro ponto crucial nessa teoria é que não há um léxico antes da componente sintática (pelo menos nos moldes em que se pensa o léxico na teoria chomskyana) e a formação da palavra ocorre tanto na sintaxe ou durante operações pós-sintáticas na componente morfológica. Disso resulta

<sup>13</sup> Não nos referimos aqui ao Caso dativo, como em *João declarou destruição à cidade*, em que a inserção da preposição *a* é possível, precisando o papel teta de meta, não sendo, portanto, uma regra *default*.

<sup>14</sup> Inclui atribuição de Caso e realização de Caso.

<sup>15</sup> Para um modelo de gramática mais atual assumido na DM, ver Harley & Noyer (1999).

uma ruptura com as análises realizadas na perspectiva chomskyana, em relação à hipótese lexicalista (cf. CHOMSKY, 1970)<sup>16</sup>.

Recorrendo a esse modelo de análise, a hipótese que defenderemos é a de que a inserção da preposição *de* nos contextos de nominalização, como os apresentados no decorrer do trabalho, é decorrente de operações pós-sintáticas, já que, como veremos, não tem reflexos sobre operações sintáticas. Para isso, faz-se necessária uma breve explanação sobre com quais unidades a DM trabalha.

#### 4.1. Dois tipos de categorias sintáticas

Conforme Embick e Noyer (2001) afirmam, no modelo de análise proposto pela DM, os elementos básicos que entram na computação sintática são traços abstratos, que aparecem em feixes como nós terminais. Esses traços abstratos são combinados a partir de condições universais ou específicas de uma língua, para a formação de categorias sintáticas, átomos da representação sintática denominados morfemas.

Seguindo a perspectiva de Harley & Noyer (2000), adotamos o ponto de vista de que os terminais sintáticos são de duas classes: *f-nodes* (nós-f) e *l-nodes* (nós-l). Um *f-node* pode ser concebido como feixes de traços que são “preenchidos” na morfologia por morfemas-f, estaria relacionado, grosso modo, ao que em termos chomskyanos é denominado de item funcional. São exemplos de *f-nodes* traços como os de [definitude], [passado] e [indefinitude]. Um *l-node*, por sua vez, poderia corresponder às categorias lexicais da perspectiva chomskyana, porém com uma diferença crucial: para a DM, a sintaxe não manipula categorias como N, V ou A e, segundo Harley & Noyer (op. cit., p. 8) “there is only one type of l-node, whose categorial status is defined by its syntactic context”.<sup>17</sup>

Assim, um objeto *l-node* manipulado pela sintaxe terá o status de um “nome” se está sendo c-comandado<sup>18</sup> por um determinante, ou, em outras palavras, se está sendo licenciado por um *morfema-f* Determinante; esse *l-node*, no entanto, terá o status de “verbo” se no contexto em que aparece está c-comandado (ou é licenciado) por um *morfema-f* v, Tense ou Agr (cf. NOYER, 2003). A esse respeito, Noyer (op. cit., p. 5) ilustra:

The same Vocabulary item<sup>19</sup> may appear in different morphological categories depending on the syntactic context that the item’s l-morpheme (or Root) appears in. For example, the Vocabulary item *destroy* appears as a ‘noun’ *destruct-(ion)* when its nearest licenser is a Determiner, but the same Vocabulary item appears as a ‘participle’ *destroy-(ing)* when its nearest licensers are Aspect and v; if Tense appears immediately above Aspect, the the ‘participle’ becomes a ‘verb’ such as *destroy-(s)*.<sup>20</sup>

*Destroy* e *destruction* (ou *destruir* e *destruição*) refletem um único item de vocabulário e estão relacionados por regras de reajustamento:

<sup>16</sup> Ver Embick & Noyer (2001) para argumentos a favor de operações pós-sintáticas e Marantz (1997) para argumentos contra uma proposta lexicalista da gramática.

<sup>17</sup> Há apenas um tipo de *l-node*, cujo estatuto categorial é definido por seu contexto sintático. Referimo-nos a isso como a hipótese do *l-node*.

<sup>18</sup> Grosso modo, podemos dizer que um item c-comanda outro se está numa posição mais elevada ou ao lado deste (numa configuração arbórea).

<sup>19</sup> Um *vocabulary item* ou item de vocabulário pode ser concebido como a representação fonológica inserida nos nós terminais após a derivação sintática (cf. EMBICK & NOYER, 2001, p. 558).

<sup>20</sup> O mesmo item de vocabulário pode aparecer em categorias morfológicas diferentes dependendo do contexto sintático em que o *morfema-l* do item (ou raiz) aparece. Por exemplo, o item de vocabulário *destroy* aparece como um ‘nome’ *destruct-ion* quando seu licenciador mais próximo é um determinante, mas o mesmo item de vocabulário aparece como um ‘participio’ *destroy-(ing)* quando seu licenciador mais próximo são *Aspect* e *v*. se *Tense* aparece imediatamente sobre *Aspect*, o ‘participio’ se torna um ‘verbo’ assim como *destroy-(s)*.

*Destroy*, for example, is changed to *destruct-ion* in the nominal context in a post-syntactic “readjustment component”. The readjustment component performs a variety of functions including the partial modification of the phonological forms of stems, as well as the insertion of morphemes which are not present in syntax. (HARLEY & NOYER, 2000, p. 22)<sup>21</sup>

#### 4.2. Sobre o estatuto da preposição nos contextos de nominalização

Passemos agora à discussão sobre o estatuto da preposição *de* nos contextos de nominalização, dentro do quadro teórico da DM. Conforme vimos há pouco, itens como *destruição* e *destruir* podem ser considerados reflexos de um mesmo item de vocabulário e são identificados na sintaxe como um único *l-node* que na componente morfológica apresentam essas diferentes pronúncias, a partir de regras de reajustamento, as quais operam diante do *output* sintático. Disso, não podemos relacionar a ausência *versus* presença da preposição *de* a propriedades da raiz *destru-* já que essa é a mesma tanto para a forma nominal quanto para a verbal:

- (10) a. [√Destrui]u a cidade  
b. [√Destrui]ção *da* cidade

Ao menos duas hipóteses poderíamos levantar acerca da preposição *de/of* nos contextos de nominalização: (i) a preposição está presente na computação sintática; (ii) esse item é inserido pós-sintaxe como resultado da operação de regras morfo-fonológicas. Em relação à primeira hipótese, é de se esperar que, conforme observou Fraga (2006), uma preposição cujos traços abstratos sejam manipulados na sintaxe apresente algum efeito nessa componente (sintática). Contrariamente, um morfema inserido na componente morfológica não pode ter nenhum efeito sobre a sintaxe devido ao fato de que ainda não está presente no estágio da derivação sintática.

Assim, como exemplifica Fraga (2006, p.4), em (11) a preposição é relevante na sintaxe, já que bloqueia a forma passiva, tendo, portanto, seus traços abstratos presentes na componente sintática:

- (11) a. Insistió (en) su historia.  
b. \*Su historia fue insistida.

(FRAGA, op. cit., p. 3)

A autora toma como contrapartida construções como as apresentadas em (12), em que é possível obter-se a forma passiva, atribuindo, então, o bloqueio da passiva em (11b) à presença de traços abstratos da preposição *en* na sintaxe.

- (12) a. Vendió la casa.  
b. La casa fue vendida.

(FRAGA, op. cit., p. 3)

Se as considerações de Fraga estiverem corretas, então, a preposição *de* que aparece em contextos de nominalização com deverbais do tipo *destruição*, *construção*, *venda*, etc. é um elemento inserido após operações sintáticas. Note-se que os verbos correspondentes a esses nomes não apresentam preposição introduzindo seus complementos, como ocorre com os nomes de mesma raiz:

- (13) a. Destruíu a casa / Destruição *da* casa  
b. Construiu a ponte / Construção *da* ponte  
c. Vendeu a casa / Venda *da* casa

Ainda, some-se o fato de que tais verbos, cujos deverbais correspondentes apresentam a preposição *de* inserida pós-sintaticamente, podem apresentar-se como construções passivas, o que indica que a preposição *de*, de fato, nos contextos de (13), não é manipulada na sintaxe, pois, se seus

<sup>21</sup> *Destroy*, por exemplo, é mudado para *destruct-ion* no contexto nominal num “componente de reajustamento” pós-sintático. O componente de reajustamento realiza uma variedade de funções incluindo a modificação parcial de formas fonológicas de raízes, como também a inserção de morfemas que não estão presentes na sintaxe.

traços abstratos estivessem presentes na sintaxe, possivelmente bloquearia formas passivas, como ocorre com outras preposições<sup>22</sup>.

Podemos verificar um contraste entre uma preposição *de* cujos traços abstratos são relevantes na sintaxe, a que denominaremos de verdadeira preposição, e uma preposição *de* inserida pós-sintaticamente, ou seja, que não é relevante para operações sintáticas, a qual denominaremos pseudo-preposição. Verbos como *insistir* e *necessitar* apresentam complementos regidos pela preposição *em* e *de*, respectivamente, igualmente como a contraparte nominal apresenta:

- (14) a. Insisto em pagar / Insistência em pagar  
b. Necessito de sua ajuda / Necessidade de sua ajuda

Nesses casos em que tanto o verbo quanto o nome apresentam preposição introduzindo seus complementos, vemos que a construção passiva é bloqueada, o que, seguindo o argumento de Fraga, é um indicativo de que tais preposições apresentem traços relevantes na sintaxe, condicionando o bloqueio de construções passivas:

- (15) a. \*Pagar é insistido  
b. \*Ajuda é necessitado

Em suma, se um *l-node* apresentar uma preposição introduzindo seu complemento, seja esse *l-node* realizado como nome ou verbo, essa preposição possui traços abstratos manipulados pela sintaxe, trata-se de uma verdadeira preposição. Em contrapartida, para um *l-node* como *destru-* que apresenta uma preposição *de* apenas para a realização nominal (destruição da cidade), temos que tal preposição, na realidade, é uma pseudo-preposição, inserida na componente morfológica, irrelevante para as operações sintáticas.

Dessas considerações, uma questão que surge é se *destru-* tanto para a realização nominal quanto para a verbal é um mesmo item, como explicar o fato de que a componente morfológica adiciona uma preposição funcional à forma nominal e não à forma verbal?

A resposta, conforme discutimos na seção 3.1., pode ser dada pelo fato de a preposição *de/of* nos contextos de nominalização ser resultado de uma regra de inserção relacionada ao Filtro de Caso (mais especificamente à realização de Caso), princípio que garante a gramaticalidade da ocorrência de DPs nas sentenças. Lembremos que, assumindo com Chomsky (1986), nomes e adjetivos atribuem Caso, mas não realizam, precisando de um item funcional para tal, ao contrário de formas verbais que podem atribuir Caso acusativo a seus complementos sem a mediação de um item funcional.

Até aqui os exemplos abordados foram de construções que são argumentos do núcleo nominal. Qual o estatuto de *de* quando introduz um adjunto de N? Num contexto [N [de+DP]] em que [de+DP] é um adjunto de N, o DP não pode ser subcategorizado por N, já que é seu adjunto, logo, era de se esperar que esse DP fosse subcategorizado por *de*, o que implicaria considerar que *de* teria propriedades argumentais, portanto, deveria ser relevante na sintaxe. Nossa intuição, contudo, é a de que mesmo quando introduz adjuntos de N, *de* permanece um item funcional inserido na componente morfológica para satisfação de requerimentos relacionados à marcação de Caso, e o DP que aparece “subcategorizado” por *de* é adjungido ao núcleo nominal na sintaxe, assim como ocorre com núcleos adjetivais.

A título de ilustração, tomemos as construções em (16):

- (16) a. a chocolate cake / \*a cake chocolate  
b. um bolo de chocolate / \*um bolo chocolate

Vamos assumir que *chocolate* em (16) tem a mesma função que um adjetivo e que (16b) é uma estrutura compatível a (16a) do inglês. Ambas as estruturas seriam geradas na sintaxe com *chocolate* adjungido ao núcleo nominal. Na componente morfológica, que é variável entre as línguas naturais, haveria, para o inglês, requerimentos de ordem atuando e, por isso, sendo dispensada a

<sup>22</sup> Não queremos afirmar aqui que a presença de uma preposição lexical seja um fator único responsável pelo bloqueio de construções passivas, de modo que qualquer construção verbal cujo complemento não seja introduzido por preposição possa ser passivizada. A idéia aqui é a de que não é unicamente a presença da preposição que bloqueia passiva, porém, sempre que esse item aparece, a passiva é bloqueada.



inserção de um elemento funcional, o que não acontece com o português. Essa idéia será melhor desenvolvida em trabalho posterior.

## 5. Considerações finais

A proposta neste trabalho foi discutir o estatuto da preposição *de* em contextos de nominalização, no intuito de verificar se havia diferenças na natureza desse elemento quando introduzindo um argumento ou um adjunto de nome. Com tal finalidade, lançamos mão de dois modelos teóricos de análise que nos permitiram alcançar algumas generalizações.

Dentro da abordagem lexicalista, conforme delineada em Chomsky (1970, 1981 e 1986), em que os processos de nominalização não são operados na sintaxe, a inserção de *de* nos contextos de análise é uma regra aplicada em Estrutura-S, não prevista, portanto, em Estrutura-D, já que esse elemento é irrelevante para questões argumentais. A inserção desse item é uma regra *default* que ocorre quando não há nenhuma outra preposição (lexical), que possa precisar a interpretação formal do item por ela introduzido, mais ainda, a ausência da inserção desse item funcional em contextos de verbos de mesma raiz que o nominal deve-se ao fato de que N e A, diferente de verbos, por não terem propriedades de realização de Caso, necessitam de um item funcional para tal. Como esse modelo opera com categorias do léxico como N, A, V, etc., pode-se assumir que a inserção de *de* segue informações trazidas nesses itens lexicais, assim, um item N, com determinados traços especificados, traz em sua entrada lexical informações sobre a necessidade de que seja inserido entre ele e seu complemento um item funcional que possa realizar o Caso por ele atribuído.

Com o modelo da Morfologia Distribuída, que assume a existência de operações morfológicas após as operações sintáticas, foi possível apresentar argumentos a favor da proposta da inserção de *de* após as operações sintáticas, fato corroborado por duas características desse item: (i) não é relevante para operações sintáticas, como acontece com verdadeiras preposições, as quais bloqueiam construções passivas; (ii) é semanticamente vazia irrelevante para Forma Lógica, como demais morfemas dissociados de Caso (cf. EMBICK & NOYER, 2001). Como a DM não lida com categorias como N, A, V, etc., mas ao invés disso, com *l-nodes*, a regra de inserção de *de* é resultante de regras de reajustamento as quais seguem as informações do *output* sintático, de forma que, se um *l-node*  $\sqrt{\text{destru-}}$ , por exemplo, for c-comandado por uma morfema Determinante, as regras de ajustamento incluirá, dentre outras, a operação de inserção de *de* entre o *l-node* e seu complemento. O mesmo não acontecerá se o *output* sintático apresentar o *l-node*  $\sqrt{\text{destru-}}$  c-comandado por *v*.

Dessas considerações resulta que o estatuto de *de*, nos contextos de análise, em ambas as perspectivas apresentadas, é o mesmo: de item funcional, relacionado à realização de Caso morfológico. Mais ainda, como pudemos verificar, tanto quando introdutora de argumento, quanto quando introdutora de adjunto de N, a preposição *de* apresenta um mesmo estatuto categorial de item funcional inserido tardiamente, após a computação sintática. Restou-nos, contudo, analisar contextos em que *de* pode alternar com outras preposições, conforme mostram os dados de Avelar (2005) abaixo:

- (17) a. camiseta de botão / camiseta com botão  
b. o livro da estante / o livro na estante  
c. roupa de criança / roupa pra criança

(AVELAR, op. cit., p. 4-5)

Algumas questões que se colocam em relação aos exemplos acima são: por que é permitida tal alternância entre essas preposições? De que forma os traços de preposições manipulados pela sintaxe recebem representação fonológica, de modo que seja permitida tal alternância? Essas são questões de que nos ocuparemos em trabalho posterior.

## REFERÊNCIAS

- ABNEY, S. P. (1987). *The English noun phrase in its sentential aspect*. Dissertação de PhD: MIT.
- AOUN, J. (1982). *The formal nature of anaphoric relations*. Dissertação de PhD: MIT.
- AVELAR, J. (2005). Constituintes preposicionados, derivação por fase e critérios de interpretação semântica. In: 53ª GEL. *Handout...* São Carlos.
- CHOMSKY, N. (1970). Remarks on nominalization. In: JACOBS, J.; ROSENBAUM, P.S. (Eds.). *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham, MA, Ginn & Co.
- \_\_\_\_\_. (1981). *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Forris.
- \_\_\_\_\_. (1986). *Knowledge of Language, its Nature, Origin, and Use*. New York: Praeger.
- \_\_\_\_\_. (1995). *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- DEMONTE, V. (1987). C-comand, prepositions and predication. *Linguistic Inquiry*. v. 18, p. 147-157.
- DIAS, A.E.S. (1970). *Sintaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria clássica editora.
- EMBICK, D. (1997). *Voice and the interfaces of syntax*. Dissertação de PhD: Universidade da Pensilvânia, Filadélfia.
- EMBICK, D.; NOYER, R. (2001). Movement operations after syntax. *Linguistic Inquiry*, v. 32, n.4, p.555-595.
- FARIAS, J. G. (2005). *Aspetos da sintaxe de preposições no português*. Tese (Doutorado em Lingüística): Universidade Federal de Alagoas, Maceió.
- FILLMORE, C. J. (1968). The case for case. In: BACH, E.; HARMS, R. T. (Eds). *Universals in linguistic theory*. New York: Holt, Rinehart and Wintston, Inc..
- FRAGA, C. (2006). Prepositions and distributed morphology. In: EVELIN. *Handout...* Campinas.
- HALLE, M; MARANTZ, A. (1993). Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALLE, K.; KEYSER, S. J. (Eds.). *The view from building 20: essays in linguistics in honor of Sylvian Bromberger*. Cambridge, Massachuetts: The MIT Press. p 11-176.
- HARLEY, H.; NOYER, R. (1999). Distributed Morphology. *Glott Internacional*, v. 4. p. 3-9.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Formal versus encyclopedic properties of vocabulary: evidence from nominalizations*. Ms.
- MARANTZ, A. (1992). Case and licensing. In: *ESCOL 91*. New York: CLC Publications, Universidade de Cornell.
- \_\_\_\_\_. (1997). No escape from Syntax: Don't try a morphological analysis in the privacy of your own lexicon. *U. Penn Working Papers in Linguistics*. p. 201-25.
- NOYER, R. (2003). *Distributed morphology: frequently asked questions list*. Disponível em <<http://www.ling.upenn.edu/~rnoyer/dm>>. Acesso em 05/dez./2005.
- RAPOSO, E. P. (1992). *Teoria da gramática: A faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho.
- SALLES, H. M. M. L. de A. (1992). *Preposições do português: um estudo preliminar*. Dissertação (Mestrado em Lingüística): UnB.